



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

RELAÇÕES DE GÊNERO NO CURRÍCULO ESCOLAR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO/A PROFESSOR/A: JUVENTUDE E GÊNERO

Zizelda Lima Fernandes*
(UESB)

RESUMO

Vimos propor um estudo, que se encontra na sua fase inicial que parte da seguinte questão: de que maneira a escola vem “formando” a juventude para a diversidade de gênero? A pesquisa apoia-se na possibilidade de se adotar uma abordagem etnográfica, tendo como procedimentos observação, entrevista e grupo focal, cujos atores sociais são jovens alunos/as da escola pública/ ensino médio, assim como os/as profissionais da educação que interagem diretamente com ambos/as. O objetivo é analisar o papel que a escola vem desempenhando no processo de incorporação, (des) construção e (re) construção das relações de gênero no currículo escolar e na prática pedagógica do/a professor/a do ensino médio. Situações diversas que envolvem questões de gênero revelam o quanto necessário se faz discutir gênero nos currículos escolares e em primeira mão, nos cursos de formação de professores/as.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Gênero. Escola. Formação do Professor.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se orienta a partir de uma proposta de pesquisa que se encontra numa fase embrionária e que tem como objetivo analisar o papel que a escola pública vem desempenhando no processo de construção das relações de gênero com foco no currículo escolar e na prática pedagógica do/a professor/a do ensino médio. O ensino médio é, peculiarmente, constituído por jovens.

* Doutoranda em Educação – VIOLAR/FE/UNICAMP. Mestre em Ciências Sociais - PUC/SP. Professora da Área de Educação / Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB-BA. Colaboradora no Projeto de Extensão Museu Pedagógico: a educação no centro-sul da Bahia e no Projeto de Pesquisa VIOLAR – Laboratório de Estudos Sobre Violência, Imaginário e Juventude do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp. E-mail: zizafernandes@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

Deparamos no espaço da escola, campo de socialização, nos currículos, nas avaliações, na linguagem e imagens, nos conteúdos e ilustrações dos livros didáticos, nas disposições do espaço físico, nas práticas docentes e discentes, com situações diversas que envolvem questões de gênero, apresentadas, muitas vezes, de forma hierarquizada e enaturalizada. Nesse universo, os/as jovens vão construindo sua autoimagem, interiorizando padrões de conduta discriminatória, difíceis de serem modificados posteriormente. Os/as docentes, por sua vez, já estão formados como sujeitos de gênero na ordem heterossexista e androcêntrica. Daí, a importância de compreenderem e se conscientizarem do poder e influência do seu comportamento e atitudes em relação a gênero, como certamente do que ensinam e de como ensinam. Muitas vezes, “preconceito, discriminação e segregação ocorrem de maneira não intencional e sutil no cotidiano escolar, inclusive pela não intervenção dos/as educadores/as nos comportamentos espontâneos, mas também como expectativas e normas explícitas de regulação e controle” (CARVALHO, 2004, p. 02). Estudiosos de gênero se posicionam, nesse aspecto, ao destacar que agenciar pesquisa na perspectiva de gênero “possibilita não só discutir e repensar a nossa inserção social como mulheres e homens e como profissionais da educação, mas pode contribuir, efetivamente, para a construção de uma sociedade mais justa, não só no que se refere ao gênero, mas em todos os seus níveis e relações” (LOURO, FELIPE, GOELLNER, 2010, p. 25).

A referida proposta de pesquisa se caracteriza por um estudo, cujo recorte adotado está para a sociologia da educação. Pesquisa qualitativa com suportes na observação, entrevistas e grupo de discussão, cujos atores sociais são jovens alunos/as da escola pública/ ensino médio, assim como os/as profissionais da educação que interagem diretamente com ambos/as.

Nos dias atuais, muitos são os debates e estudos envolvendo as juventudes, envolvendo os/as jovens, suas vivências e experiências. Produzir um “estado do conhecimento” no campo da juventude constitui um desafio, quando existem



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

diferentes formas de ser jovem. Para Dayrell (2007), fundamental se faz entender a juventude como parte de um processo mais amplo de constituição dos sujeitos, mas que tem suas peculiaridades que marcam a vida de cada um. Em se tratando de juventudes e escola, é possível perceber que parcela significativa dos estudos e pesquisas se volta para o/a jovem a partir da sua condição de aluno/a “não apreende o/a jovem existente no/a aluno/a, não considera dimensões e práticas sociais em que se está imerso esse sujeito, estuda-se um/a jovem descolado/a do seu “modo efetivo de existência” (DAYRELL, 2012, p. 298). De tal modo, podemos perceber a dificuldade que os/as jovens encontram para expressar sua maneira de ser e agir em seu cotidiano escolar. Concordamos com Brandão (1986), ao afirmar que precisamos conhecer o mundo cultural do/a aluno/a e a vida desse/a aluno/a jovem no seu mundo cultural.

Nas últimas décadas, os estudos e reflexões realizados por pesquisadores/as (SPOSITO, 1997, 2001, 2003, 2005; DAYRELL, 2003, 2006, 2007, 20012; LEÃO, 2010, 2011, PERALVA, 1997, CARRANO, 2000, 2003, 2008; ABRAMO, 2005, entre outros), têm sido de grande relevância teórica e prática para as políticas de juventude no Brasil.

Nesse contexto, vimos propor uma incursão que se incide sobre juventudes, gênero e escola, destacando que a condição juvenil é vivida a partir de recortes diversos. E aí abrange, inclusive, a articulação de gênero com outras marcas sociais, tais como classe, raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade, etc. Como também que, os gêneros e suas formas variam conforme o tempo o que, conseqüentemente, modifica a sua compreensão social e cultural.

Gênero é um tema que diz respeito a todos nós, influenciando nas nossas vivências e lugares de interesse. Situa as pessoas no mundo e determina nos espaços de convivência cotidiana, as suas oportunidades, escolhas e trajetórias. Para Vianna e Unbehaum (2004, p. 79), “as palavras têm uma história, são distintos os símbolos, significados e interpretações que se tem a respeito de



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

determinados conceitos e relações. Ignorar esse caráter social e historicamente construído pode ser um grande equívoco quando trabalhamos com o conceito de gênero”. Assim, discutir e refletir noções de gênero na estrutura das relações sociais no âmbito da escola ou em qualquer espaço é fazer uma discussão política. Para Dayrelletall (2012, p.18), “esse é um enfoque que ainda carece de maior investimento nas análises e estudos sobre as juventudes”.

Em sua tese de doutorado intitulada “Masculinidades, raça e fracasso escolar: narrativas de jovens na educação de jovens e adultos em uma escola pública municipal de São Paulo” Brito (2009) destaca, nas suas análises, que os significados de gênero compartilhados pelos jovens pesquisados, jovens rapazes estudantes, são “condizentes com o que esperavam ser o modelo hegemônico de masculinidade nas escolas” (BRITO 2009, p. 289).

As instituições e práticas sociais, de modo geral, fabricam os sujeitos, assim como, elas próprias são fabricadas por representações de gênero. Não somente de gênero, como de classe, de raça. São constituídas e também os constituem (LOURO 1997). Há, portanto, que considerar com muito zelo, ao se tratar da instituição escola, o papel do currículo e da prática pedagógica do/a professor/a nesse horizonte de discussão.

De modo geral, a escola no Brasil e na América Latina, está em meio a grandes desigualdades¹⁰⁷ e nela encontramos uma série de exclusão. Neste contexto, dentre tantas outros/as, ganham visibilidade as questões que passam pelo gênero e educação. Questões essas, que precisam ser estudadas, discutidas e principalmente tratadas da perspectiva de políticas públicas em nosso país.

Nas escolas, as relações de gênero ganham pouca relevância entre educadores e educadoras, assim como nos cursos de formação

¹⁰⁷ Desigualdade diz respeito à distribuição diferencial de recursos e oportunidades. Pode decorrer de uma diferença de atributos ou performance individuais (em termos de educação e/ou experiências) ou em razão de desvantagens historicamente produzidas entre grupos humanos (desigualdades substanciais), tais como aquelas que estão inscritas nas ideias de diferença entre brancos, negros e indígenas, homens e mulheres (ROHDEN, 2009).



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

docente. Ainda temos os olhos poucos treinados para ver as dimensões de gênero no dia-a-dia escolar, talvez pela dificuldade de trazer para o centro das reflexões não apenas as desigualdades entre os sexos, mas também os significados de gênero subjacentes a essas desigualdades e pouco contemplados pelas políticas públicas que ordenam o sistema educacional (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, p. 79).

Em seus estudos, Félix e Palafox (2009) afirmam que a reabertura ao regime militar, na maioria dos países da América Latina, nas duas últimas décadas, ampliou o debate sobre sexualidade e relações de gênero na esfera pública e privada. Para eles, a escola pública brasileira sentiu o impacto dessa nova condição tanto no âmbito da educação básica quanto do ensino superior, refletindo-se nas “políticas públicas nacionais, sob o marco da constituição da ‘Orientação sexual’ como tema transversal dos Parâmetros Curriculares Nacionais” (FÉLIX, PALAFOX, 2009, 78). Para Louro (2001), a discriminação persiste nos materiais didáticos, nos currículos e na prática pedagógica de muitos/as professores/as (LOURO 2001).

Em análise ao “Gênero nas políticas públicas no Brasil”, entre 1988-2002, tomando como base leis e documentos (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, o Plano Nacional de Educação – PNE 2001 e os Parâmetros Curriculares – PCNs 1997), Vianna e Unbehaum (2004) afirmam que a compreensão das relações de gênero na escola podem correr o risco de “permanecer (em) velada(s), uma vez que as políticas públicas não as mencionam e, quando o fazem, não exploram os antagonismos de gênero presentes na organização do ensino e no cotidiano escolar” (2004, p. 101).

Para os referidos autores, a intersecção das relações de gênero e educação ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais no Brasil, somente em meados dos anos de 1990 na medida em que ocorrem avanços na “sistematização de reivindicações que visam a superação, no âmbito do Estado e das políticas públicas, de uma série de medidas contra a discriminação da mulher” (VIANNA,



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

UNBEHAUM, 2004, p. 78). Contudo, estudos revelam que ainda são poucas as investigações das questões referentes a gênero na educação. Remetendo-se a Scott (1995), Vianna e Unbehaum (2004, p. 80) advertem que “o gênero constrói a política e a política o gênero”. Nessa relação de poder, o currículo torna-se uma das ferramentas fundamentais, quando reconhecemos que “a educação e o currículo estão profundamente implicados em relações de poder” (MOREIRA, 1999, p.28).

Em seus estudos, ao se referir às relações de gênero, Magalhães (2010, p. 88), afirma que essas “[...] precisam vir à tona, não somente como valor gnosiológico, mas, sobretudo, para torná-las evidenciadas e enfrentadas, visando a superação de aspectos de uma dada realidade que ainda estão incidindo sobre a formação, sobre a transmissão geracional para os ‘novos’ jovens”.

O modo como os/as jovens estudantes vivem sua masculinidade ou feminilidade, ou seja, sua identidade de gênero interfere no seu cotidiano, refletindo suas ações no espaço público e privado. Envolvidos/as por inúmeros dispositivos e práticas os/as aluno/as vão constituindo suas identidades, integrando nelas as marcas que confirmam e produzem as diferenças e hierarquias (LOURO 2001). A produção dessas identidades e de suas emaranhadas relações advém de muitas instituições, de diversos espaços e instâncias. A escola¹⁰⁸ entra nessa trama por incidir, de maneira especial, na socialização dos papéis de gênero, contribuindo significativamente na configuração das identidades de gênero. Assim, o papel desempenhado pela escola tem uma função categórica para o tema que nos ocupa aqui.

Mediante o processo de socialização de gênero, com destaque especial para a família e escola, “as pessoas vão conformando uma identidade de gênero determinada e aprendem condutas, normas, costumes” (GARCIA, 2010, p. 243), que tem lugar ao longo da vida do ser humano. A instituição escola, por meio de

¹⁰⁸ Para García (2010) é na socialização primária (família e entorno) que se adquire os elementos básicos da identidade de gênero. Na socialização secundária (interação dos indivíduos com a escola, meios de comunicação) confirma-se e legitima a assunção da identidade e descrição dos papéis preestabelecidos em função do gênero.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

um “aprendizado eficaz, continuado e sutil, imprime um ritmo, uma disposição física, uma postura nos sujeitos, produzindo identidades de gênero e sexuais, identidades de classe e de etnia, marcadas pela diferenciação e pela hierarquia” (LOURO, 2001, p. 87).

Para García (2010), o fato das mulheres de hoje terem obtido legalmente uma posição igualitária ao homem, não significa que a sociedade tenha assumido essa ideia. Os papéis sociais de ambos são diferenciados, vindo a delinear as suas formas de vida. As pessoas se convertem em homem ou mulher em função do aprendizado de “representações culturais de gênero”. Assim, “o gênero, como sistema cultural, provém de referentes culturais que são reconhecidos e assumidos pelas pessoas” (GARCÍA, 2010, p. 240).

Scott (1992, 1995) e Nicholson (2000), a partir das análises feitas por Vianna e Unbehaum, ressaltam que o cerne do conceito de gênero é “sair de explicações das desigualdades fundamentadas sobre as diferenças físicas e biológicas, afirmando seu caráter social, histórico e político”(VIANNA, UNBEHAUM, 2004, p. 78). Em síntese, as bases epistemológicas que sustentam a nossa compreensão de gênero e currículo podem ser assim consideradas: O conceito de gênero nos remete “à dinâmica da construção e da transformação social, aos significados que vão além dos corpos e dos sexos e subsidiam noções, ideias e valores nas distintas áreas da organização social” (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, p. 79). Quanto ao currículo, assim afirma Costa (2001, p. 41), “o currículo e seus componentes constituem um conjunto articulado e normatizado de saberes, regido por uma determinada ordem, estabelecida em uma arena em que estão em luta visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas, significados sobre as coisas e seres do mundo”.

Tais discussões nos levam à compreensão de que “precisamos trazer para o interior da escola as reflexões e discussões sobre os papéis que a sociedade atribui a cada sexo para que professores/as e alunos/as descubram as limitações a que



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

estaremos sujeitos se nos submetemos aos estereótipos de gênero” (PUPO, 2008, p. 01). Precisamos formar professores/as que sejam capazes de lidar com os estereótipos, preconceitos e discriminações na escola e na sala de aula e fazer uma interlocução da prática pedagógica com o currículo escolar. “Ainda que os conflitos entre identidades e culturas sejam omitidos em diversos espaços, fazem-se aparentes e potencializadas em muitas instituições de convivência e sociabilidade” (FÉLIX, PALAFOX, 2009, p. 01).

Segundo Louro (2001), a partir das constantes práticas tidas, na maioria das vezes, como banais, a partir de gestos, de expressões ou até mesmo do próprio silêncio, constroem-se na escola lugares e destinos. Assim, a escola e o currículo, no processo de normalização dos sujeitos, pelas suas características e peculiaridades, embutem “falsas” consciências, principalmente nas questões de gênero. Porém, por ser um “palco de contradições” onde confrontam diversos interesses sociais, a escola pode vir a se tornar um espaço possível e importante, de desequilíbrio à tendência conservadora e reprodutora do *status quo*, representando um contraponto à massificadora política neoliberal (PÉREZ GÓMEZ, 1998).

Nesse aspecto, o currículo se torna central “no que diz respeito àquilo que a escola faz e para quem faz ou deixa de fazer” (BERTICELLI, 2001, p.160). Para Silva (1990), um elemento social como a escola ou o currículo não transformará a sociedade, porém “melhorar a escola e o currículo já significa, por si só, transformar a realidade” (SILVA, 1990, p. 5).

Constatamos que a reflexão sobre a escola e o currículo escolar nos remete a uma série de questões de ordem política, econômica, social e cultural, traduzidas em grandes tensões e desafios. Nesse aspecto ganha papel de relevo a prática pedagógica do/a professor aliada à sua formação na perspectiva de gênero.

Segundo estudiosos de formação docente, como Schon (2000); Zeichner, (2008) Azanha (2004), dentre outros, um dos grandes temas na formação dos/as professores/as para o século XXI é exatamente preparar professores/as para que



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

desenvolvam um trabalho que valorize as diferenças sociais e culturais, respeitando o/a aluno/a em todas as suas dimensões.

CONCLUSÕES

Desenvolver estudos e pesquisas que envolvam o tema da juventude na sociedade contemporânea, é imprescindível, seja nos espaços acadêmicos de discussão e investigação, como nas agendas para a implementação de políticas públicas que atendam às demandas da juventude e favoreçam a expansão da cidadania.

No seu conjunto, a proposta de trabalho apresentada se encontra sujeita a alterações, complementos e revisões no transcorrer do trabalho de campo. O delineamento dos estudos envolvidos no diálogo da juventude, gênero e escola apresenta uma relevante contribuição para a reflexão e até mesmo desconstrução de algumas concepções vigentes. Ao mesmo tempo, teremos a oportunidade de compreender os jovens e as formas em que elaboram as suas visões de mundo. De acordo com Carvalho (2007), necessário se faz desenvolver pesquisas que proporcionem abrir espaços para a importância dos estudos de gênero nas análises das muitas dimensões das experiências juvenis, como a sociabilidade, a religiosidade, projetos de vida, entre outros.

Por fim, para Louro (2001), gênero continua sendo uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende colocar em xeque formas de organização social vigente como as hierarquias e desigualdades vigentes. Que essas questões não sejam vistas unicamente como prerrogativa dos/as docentes e escola, mas como uma questão de todos nós.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. BRANCO, P.P.M. (Org.) Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.
- AZANHA, J. M. P. Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica. Educação e Pesquisa. São Paulo, USP, v. 30, n. 02, maio/ago., 2004.
- BERTICELLI, I. A. Currículo: tendências e filosofia. In: COSTA, M. V. (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRITO, R.S. Masculinidades, raça e fracasso escolar: narrativas de jovens na educação de jovens e adultos em uma escola pública municipal de São Paulo. Tese de Doutorado/FE/ USP, S. Paulo, 2009.
- BRANDÃO, C.R. A educação como cultura. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARRANO, P. Identidades culturais juvenis: arenas de conflitos e possibilidades. In: MOREIRA, A. CANDAU, V. (Orgs). Multiculturalismo: Diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- _____. Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas, Rio de Janeiro: RelumêDumará, 2002.
- CARVALHO, M. P. de. Teses e dissertações sobre gênero e desempenho escolar no Brasil (1993-2007): um estado da arte. IN: Revista Pro-Prosições, v.23, nº 1, Campinas, jan./abril 2012.
- _____. Lendo as relações de gênero e intervindo nas práticas culturais e educativas para construir a equidade de gênero. Resumos ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Caxambu – MG, 2007.
- _____. Sucesso e Fracasso Escolar: uma questão de gênero. In: Educar para a igualdade: Gênero e educação escolar. São Paulo, Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.
- DAYRELL, J. Juventude, Socialização e Escola. In DAYRELL et al (org.) Família, Escola e Juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- _____. A escola 'faz' as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. In Revista Educação & Sociedade, n. 100, 2007.
- _____. A escola como espaço sócio-cultural. In DAYRELL, Juarez (org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. BH: UFMG, 1996.
- FILIPAK, A, MIRANDA, T. L. Política Pública de Formação de Professoras/es em Gênero, Diversidade Sexual e Relações Etnicorraciais: entre o poder da escola e a escola do poder. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, UEL, 24 e 25 de junho de 2010.
- GARCÍA, Maria Josefa Mosteiro. Los estereotipos de gênero y sutransmisión a través del proceso de socialización. In: RADL PHILIPP (org.)



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

- Investigaciones actuales de las mujeres y Del género. Universidade de Santiago de Compostela: Servizo de publicacións e Intercambio Científico, 2010.
- LEÃO, G. DAYRELL, J. T. REIS, J. B. Jovens Olhares Sobre a Escola do Ensino Médio. Cad. Cedes, Campinas, v. 31, n. 84, maio/ago. 2011.
- LOURO, G. FELIPE, J. GOELLNER, S. Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- LOURO, G. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, M. (Org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ____ Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MAGALHÃES, Livia D. Rocha. Gênero, participação laboral, educacional y procesos formativos. In: RADL PHILIPP (org.) Investigaciones actuales de las mujeres y Del género. Universidade de Santiago de Compostela: Servizo de publicacións e Intercambio Científico, 2010.
- MEYER, Dagmar Stermann. Gênero e Educação: teoria e política. In. Louro, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Viladre. Corpo, Gênero e sexualidade – um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010.
- MOREIRA, Antônio Flávio B. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1999.
- PERALVA, A. O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 5/6, 1997.
- PEREZ GÓMEZ, Angel I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: PÉREZ GÓMEZ, A. I.; SACRISTÁN, J. Gimeno (orgs.). Compreender e Transformar o Ensino. Porto Alegre, Artmed, 1998.
- PUPPO, K. Questão de Gênero na E. Programa ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. USP-SP, 2008.
- ROHDEN, F. Gênero, Sexualidade e Raça/Etnia: Desafios Transversais na Formação do Professor, cadernos de pesquisa, v. 39, n.136, jan/abril, 2009.
- SCHÖN, D. A. Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre, 2000.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, V. 20, n.02, 1995.
- SILVA, T. T. Currículo, conhecimento e democracia: as lições e as dúvidas de duas décadas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, maio 1990.
- SPOSITO, M. Ação Coletiva, Cultura e Juventude no Brasil: Considerações Preliminares. In: DAYRELL et al (org.) Família, Escola e Juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- ____ Transversalidade no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.especial, 2010.
- ____ Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil: institucionalização tradicional e novos significados. JOVENes, Revista de Estudios sobre Juventud, ano 9, n. 22, México, jan/junho 2006.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

TORRES SANTOMÉ, J. Política educativa, multiculturalismo e práticas culturais democráticas nas salas de aula. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 4, jan./fev./mar./abr. 1986.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. In: Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, jan./abril 2004.

ZEICHNER, K, M. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. Educação e Sociedade, Campinas, v. 29, n. 103, maio/ago. 2008.